

PROGRAMA UNINDO FORÇAS
Fortalecimento dos Controles Internos Municipais

DIAGNÓSTICO
2º Questionário – 2018/2019
(Principais Questões)

II - Titular da Unidade de Controle Interno e Ouvidoria

Questão 08 – Nome do cargo que ocupa como titular do Controle Interno

NOME DO CARGO QUE OCUPA COMO TITULAR DO CONTROLE INTERNO		
AGENTE DE CONTROLE INTERNO	24	8,14%
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	6	2,03%
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO	15	5,08%
AUDITOR INTERNO	6	2,03%
CONTROLADOR GERAL	32	10,85%
CONTROLADOR INTERNO	132	44,75%
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO	8	2,71%
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO	8	2,71%
OUTROS	64	21,69%
Total	295	100,00%

Questão 09 – Vínculo Funcional do Titular do Controle Interno

NATUREZA DO VÍNCULO ATUAL COMO TITULAR DO CONTROLE INTERNO		
SERVIDOR EFETIVO NO CARGO, NOMEADO POR CONCURSO ESPECÍFICO PARA A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI), MAS SEM FUNÇÃO OU GRATIFICAÇÃO	87	29,49%
SERVIDOR COM FG DE TITULAR DA UCI E EFETIVO EM OUTRO CARGO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL	84	28,47%
SERVIDOR NÃO-EFETIVO COM CARGO COMISSIONADO QUE OCUPA ÚNICO CARGO DE CONTROLADOR NA ESTRUTURA MUNICIPAL	59	20,00%
SERVIDOR EFETIVO EM CARGO DE CONTROLADOR/AUDITOR, AO QUAL FOI ATRIBUÍDA CHEFIA DA UNIDADE DE CONTROLE	43	14,58%
SERVIDOR NÃO-EFETIVO COM CARGO COMISSIONADO COMO TITULAR OU CHEFE DA UNIDADE DE CI, COM PELO MENOS UM SUBORDINADO EFETIVO NO CI	21	7,12%
NÃO SERVIDOR (PRESTADOR DE SERVIÇO OU CONTRATADO, PF OU PJ)	1	0,34%
Total	295	100,00%

Questão 10 – Tipo de Ato de nomeação para o cargo:

TIPO DO ATO DE NOMEAÇÃO PARA O CARGO		
PORTARIA	224	75,93%
DECRETO	68	23,05%
NÃO SE APLICA	2	0,68%
LEI ORDINÁRIA	1	0,34%
Total	295	100,00%

Questão 13 – Nível de escolaridade atual do titular do Controle Interno:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATUAL DO TITULAR DO CONTROLE INTERNO		
SUPERIOR COMPLETO	125	42,37%
SUPERIOR INCOMPLETO	12	4,07%
ESPECIALIZAÇÃO OU PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	141	47,80%
ENSINO MÉDIO	8	2,71%
OUTROS	1	0,34%
MESTRADO	8	2,71%
Total	295	100,00%

Questão 14 – Área principal de Graduação do titular do Controle Interno:

ÁREA PRINCIPAL DE GRADUAÇÃO DO TITULAR CI		
ADMINISTRAÇÃO / GESTÃO DE EMPRESAS PRIVADAS	53	17,97%
ADMINISTRAÇÃO / GESTÃO PÚBLICA	31	10,51%
CONTABILIDADE	92	31,19%
DIREITO	66	22,37%
ECONOMIA	11	3,73%
ENGENHARIA / ARQUITETURA	1	0,34%
INFORMÁTICA / TECNOLOGIA / SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	12	4,07%
NENHUMA	12	4,07%
OUTROS	17	5,76%
Total	295	100%

Questão 15 – Área principal de Especialização do titular do Controle Interno:

ÁREA PRINCIPAL DE ESPECIALIZAÇÃO DO TITULAR CI		
ADMINISTRAÇÃO OU GESTÃO PÚBLICA	56	18,98%
CONTABILIDADE PÚBLICA	18	6,10%
CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	29	9,83%
DIREITO	32	10,85%
EDUCAÇÃO / PEDAGOGIA	12	4,07%
FINANÇAS PÚBLICAS	1	0,34%
INFORMÁTICA / TECNOLOGIA / SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	6	2,03%
NENHUMA	111	37,63%
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1	0,34%
POLÍTICAS PÚBLICAS	3	1,02%
OUTROS	26	8,81%
Total	295	100%

Questão 16 – Quantidade de titulares da UCI de agosto de 2015 a agosto de 2018:

QUANTIDADE DE TITULARES UCI - AGOSTO 2015 A AGOSTO 2018		
Titulares	Municípios	%
2	80	27,12%
3	35	11,86%
1	160	54,24%
4	14	4,75%
5 OU MAIS	6	2,03%
Total	295	100,00%

Questão 18 – Qual a experiência profissional pretérita do Controlador?

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PRETÉRITA DO CONTROLADOR		
ATUAÇÃO PRÉVIA APENAS NO SERVIÇO PÚBLICO, EM FUNÇÕES RELACIONADAS À GESTÃO E AO CONTROLE (CONTABILIDADE, DIREITO, ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA);	61	20,68%
A ATUAÇÃO COMO CONTROLADOR FOI A PRIMEIRA ATIVIDADE/EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	10	3,39%
ATUAÇÃO PRÉVIA NA INICIATIVA PRIVADA E NO SETOR PÚBLICO EM ATIVIDADES RELACIONADAS À GESTÃO E AO CONTROLE (CONTABILIDADE, DIREITO, ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA);	58	19,66%
ATUAÇÃO PRÉVIA APENAS NA INICIATIVA PRIVADA EM OUTRAS ATIVIDADES NÃO RELACIONADAS AO CONTROLE;	34	11,53%
ATUAÇÃO PRÉVIA APENAS NA INICIATIVA PRIVADA EM ATIVIDADES RELACIONADAS À GESTÃO E AO CONTROLE (CONTABILIDADE, DIREITO, ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA);	32	10,85%
ATUAÇÃO PRÉVIA APENAS NO SERVIÇO PÚBLICO, EM OUTRAS ATIVIDADES NÃO RELACIONADAS AO CONTROLE;	55	18,64%
ATUAÇÃO PRÉVIA NA INICIATIVA PRIVADA E NO SETOR PÚBLICO EM OUTRAS ATIVIDADES NÃO RELACIONADAS AO CONTROLE;	45	15,25%
Total	295	100,00%

Questão 23 – Nome do cargo que ocupa o responsável pela Ouvidoria Municipal:

NOME DO CARGO OCUPADO PELO RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA		
NÃO EXISTE RESPONSÁVEL DESIGNADO	150	50,85%
OUTROS	61	20,68%
OUVIDOR GERAL	10	3,39%
É O MESMO RESPONSÁVEL PELA CONTROLADORIA	61	20,68%
OUVIDOR MUNICIPAL	10	3,39%
ASSESSOR DE OUVIDORIA	3	1,02%
Total	295	100,01%

Questão 24 – Natureza do vínculo do atual responsável pela Ouvidoria:

NATUREZA DO VÍNCULO DO ATUAL RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA		
NÃO EXISTE RESPONSÁVEL DESIGNADO	163	55,25%
SERVIDOR EFETIVO NO CARGO, NOMEADO POR CONCURSO ESPECÍFICO PARA A UCI OU OUVIDORIA, SEM FUNÇÃO OU GRATIFICAÇÃO	33	11,19%
SERVIDOR COM FG NA OUVIDORIA E EFETIVO EM OUTRO CARGO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL	34	11,53%
SERVIDOR NÃO-EFETIVO COM CARGO COMISSIONADO RESPONDENDO PELO ÚNICO CARGO DA OUVIDORIA	46	15,59%
NÃO SERVIDOR (PRESTADOR DE SERVIÇO OU CONTRATADO, PF OU PJ)	2	0,68%
SERVIDOR NÃO-EFETIVO COM CARGO COMISSIONADO COMO TITULAR OU CHEFE DA UNIDADE DE OUVIDORIA, COM PELO MENOS UM SUBORDINADO NA OUVIDORIA	17	5,76%
Total	295	100,00%

Questão 25 – Nível de escolaridade atual do responsável pela Ouvidoria:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO ATUAL RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA		
NÃO EXISTE RESPONSÁVEL DESIGNADO	145	49,15%
SUPERIOR INCOMPLETO	10	3,39%
SUPERIOR COMPLETO	66	22,37%
ESPECIALIZAÇÃO OU PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	49	16,61%
MESTRADO	7	2,37%
ENSINO MÉDIO	16	5,42%
ENSINO FUNDAMENTAL	1	0,34%
OUTROS	1	0,34%
Total	295	100,00%

Questão 26 – Área principal de Graduação do responsável pela Ouvidoria:

ÁREA PRINCIPAL DE GRADUAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA		
NÃO EXISTE RESPONSÁVEL DESIGNADO	144	48,81%
COMUNICAÇÃO / JORNALISMO	5	1,69%
CONTABILIDADE	30	10,17%
ADMINISTRAÇÃO / GESTÃO PÚBLICA	10	3,39%
DIREITO	33	11,19%
INFORMÁTICA / TECNOLOGIA / SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	10	3,39%
ECONOMIA	4	1,36%
ADMINISTRAÇÃO / GESTÃO DE EMPRESAS PRIVADAS	14	4,75%
ENGENHARIA / ARQUITETURA	2	0,68%
EDUCAÇÃO / PEDAGOGIA	9	3,05%
OUTROS	16	5,42%
NENHUMA	18	6,10%
Total	295	100,00%

Questão 27 – Área principal de Especialização do responsável pela Ouvidoria:

ÁREA PRINCIPAL DE ESPECIALIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA		
NÃO EXISTE RESPONSÁVEL DESIGNADO	146	49,49%
NENHUMA	71	24,07%
CONTABILIDADE PÚBLICA	6	2,03%
DIREITO	19	6,44%
INFORMÁTICA / TECNOLOGIA / SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	6	2,03%
ADMINISTRAÇÃO / GESTÃO PÚBLICA	12	4,07%
CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	6	2,03%
EDUCAÇÃO / PEDAGOGIA	8	2,71%
COMUNICAÇÃO / JORNALISMO	2	0,68%
POLÍTICAS PÚBLICAS	1	0,34%
FINANÇAS PÚBLICAS	1	0,34%
OUTROS	17	5,76%
	295	100,00%

III – ESTRUTURA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA

Questão 28 – Como é feita a regulamentação da estrutura do Controle Interno do Município?

REGULAMENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CONTROLE INTERNO		
EXCLUSIVAMENTE POR LEI ESPECÍFICA, QUE DISCIPLINA TODA MATÉRIA RELACIONADA À UNIDADE DE CONTROLE	114	38,64%
NORMAS GERAIS E ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA SÃO PREVISTAS EM LEI, E APENAS A ORGANIZAÇÃO E OS PROCEDIMENTOS SÃO DISCIPLINADOS POR ATO ADMINISTRATIVO	36	12,20%
NORMAS GERAIS SOBRE A CONTROLADORIA SÃO PREVISTAS EM LEI, E A REGULAMENTAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES, ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS É FEITA POR ATO ADMINISTRATIVO (DECRETO, PORTARIA OU INSTRUÇÃO NORMATIVA)	85	28,81%
A UNIDADE DE CONTROLE ESTÁ DISCIPLINADA, EM PARTE, NA LEI QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E PARTE EM LEI ESPECIALMENTE DEDICADA À CONTROLADORIA	51	17,29%
EXCLUSIVAMENTE POR DECRETO OU OUTRO ATO ADMINISTRATIVO DE CARÁTER NORMATIVO	9	3,05%
Total	295	100,00%

Questão 29 – Tipo de ato normativo que estrutura o Controle Interno Municipal?

TIPO DE ATO NORMATIVO QUE ESTRUTURA O CONTROLE INTERNO MUNICIPAL		
LEI COMPLEMENTAR	133	45,08%
LEI ORDINÁRIA	119	40,34%
DECRETO	29	9,83%
PORTARIA	4	1,36%
NÃO SE APLICA	9	3,05%
OUTROS	1	0,34%
Total	295	100,00%

Questão 32 – Qual a posição hierárquica da Unidade de Controle Interno no Organograma da prefeitura?

POSIÇÃO HIERÁRQUICA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO NO ORGANOGAMA DA PREFEITURA		
VINCULAÇÃO DIRETA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PORÉM SEM NÍVEL DE SECRETARIA MUNICIPAL	150	50,85%
VINCULAÇÃO DIRETA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, COM NÍVEL DE SECRETARIA MUNICIPAL	70	23,73%
VINCULAÇÃO À CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	36	12,20%
VINCULAÇÃO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	28	9,49%
VINCULAÇÃO À SECRETARIA DE FINANÇAS	6	2,03%
OUTROS	5	1,69%
Total	295	100,00%

Questão 33 – Informe o total de servidores em exercício exclusivo na Unidade de Controle Interno:

TOTAL DE SERVIDORES EM EXERCÍCIO EXCLUSIVO NA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
Servidores	Municípios	%
0	6	2,03%
1	232	78,64%
2	24	8,14%
3	15	5,08%
4	7	2,37%
5	2	0,68%
OUTROS	9	3,05%
Total	295	100,00%

Questão 34 – A Prefeitura possui em sua estrutura uma carreira ou cargo específico de Auditor Interno, Analista de Controle, Controlador ou Equivalente?

CARREIRA OU CARGO ESPECÍFICO DE AUDITOR, CONTROLADOR OU EQUIVALENTE NA ESTRUTURA MUNICIPAL		
SIM	147	49,83%
NÃO	148	50,17%
Total	295	100,00%

Questão 35 – Caso a prefeitura possua em sua estrutura uma carreira ou cargo específico, informe a quantidade de servidores da carreira/cargo:

QUANTIDADE DE SERVIDORES NA CARREIRA OU CARGO ESPECÍFICO		
NÃO HÁ CARREIRA OU CARGO	136	46,10%
HÁ CARREIRA/CARGO, MAS NÃO HÁ NENHUM SERVIDOR EM EXERCÍCIO	39	100,00%
1	113	289,74%
2	2	5,13%
3	2	5,13%
4	2	5,13%
5 OU MAIS	1	2,56%
Total	295	453,79%

Questão 36 – Informe a quantidade de servidores efetivos de outros cargos/carreiras da Prefeitura que atuam exclusivamente na área de Controle Interno:

SERVIDORES EFETIVOS DE OUTRAS ÁREAS QUE ATUAM EXCLUSIVAMENTE NO CONTROLE INTERNO		
Servidores	Municípios	%
0	168	56,95%
1	98	33,22%
2	13	4,41%
3	8	2,71%
4	3	1,02%
5 OU MAIS	5	1,69%
Total	295	100,00%

Questão 38 – No tocante à abrangência, a Unidade Central de Controle desenvolve suas atividades:

ABRANGÊNCIA DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
SOBRE OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E CÂMARA DE VEREADORES, PORÉM SEM ATUAÇÃO NO QUE SE REFERE ÀS ENTIDADES SOCIAIS RECEBEDORAS DE RECURSOS PÚBLICOS	31	10,51%
SOBRE OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO (AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS PÚBLICAS, ETC.), CÂMARA DE VEREADORES E ENTIDADES SOCIAIS RECEBEDORAS DE RECURSOS PÚBLICOS	121	41,02%
APENAS SOBRE OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO, SEM ATUAÇÃO SOBRE A CÂMARA OU ENTIDADES SOCIAIS	47	15,93%
SOBRE OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E ENTIDADES SOCIAIS RECEBEDORAS DE RECURSOS PÚBLICOS, PORÉM SEM ATUAÇÃO SOBRE A CÂMARA DE VEREADORES	62	21,02%
APENAS SOBRE OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	34	11,53%
Total	295	100,00%

Questão 39 – Em relação ao Sistema de Controle Interno do Município, informe:

ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO		
HÁ UM ÚNICO ÓRGÃO/UNIDADE/PESSOA, RESPONSÁVEL POR TODAS AS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO	265	89,83%
HÁ UM ÓRGÃO CENTRAL, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES GERAIS, E SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE EM ÓRGÃOS ESPECÍFICOS (SECRETARIAS, FUNDOS, AUTARQUIAS), HIERARQUICAMENTE VINCULADOS AO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE	16	5,42%
HÁ UM ÓRGÃO CENTRAL, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES GERAIS, E SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE EM ÓRGÃOS ESPECÍFICOS (SECRETARIAS, FUNDOS, AUTARQUIAS), PORÉM HIERARQUICAMENTE VINCULADOS AO CHEFE DO ÓRGÃO SETORIAL (SECRETÁRIO, PRESIDENTE DA AUTARQUIA)	12	4,07%
HÁ RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE INTERNO EM DIVERSOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO, SEM COORDENAÇÃO CENTRAL, AINDA QUE HAJA UNIDADE DE CONTROLE RESPONSÁVEL PERANTE O TCE	2	0,68%
Total	295	100,00%

Questão 40 – Qual a posição hierárquica da Ouvidoria no organograma da Prefeitura?

POSIÇÃO HIERÁRQUICA DA OUVIDORIA NO ORGANOGAMA DA PREFEITURA		
NÃO SE APLICA / NÃO HÁ OUVIDORIA CRIADA OU OUVIDOR DESIGNADO	134	45,42%
O RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA É O CONTROLADOR	56	18,98%
VINCULAÇÃO À CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	22	7,46%
VINCULAÇÃO À UCI OU CONTROLADORIA MUNICIPAL	21	7,12%
VINCULAÇÃO DIRETA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PORÉM SEM NÍVEL DE SECRETARIA	17	5,76%
VINCULAÇÃO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	13	4,41%
VINCULAÇÃO À ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	6	2,03%
VINCULAÇÃO DIRETA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, COM NÍVEL DE SECRETARIA	5	1,69%
VINCULAÇÃO À SECRETARIA DE FINANÇAS / FAZENDA	3	1,02%
OUTROS	18	6,10%
Total	295	93,90%

Questão 41 – Informe o total de servidores em exercício exclusivo na Ouvidoria:

TOTAL DE SERVIDORES EM EXERCÍCIO EXCLUSIVO NA OUVIDORIA		
Servidores	Municípios	%
0	185	62,71%
1	90	30,51%
2	6	2,03%
3	2	0,68%
4	5	1,69%
5	2	0,68%
Outros	5	1,69%
Total	295	100,00%

IV – FUNÇÕES DO SISTEMA CONTROLE INTERNO

Questão 42 – A Prefeitura possui em sua estrutura um setor ou cargo responsável pelas sindicâncias e processos disciplinares?

SETOR OU CARGO RESPONSÁVEL PELAS SINDICÂNCIAS E PROCESSOS DISCIPLINARES		
NÃO POSSUI	60	20,34%
NÃO EXISTE SETOR OU CARGO, E OS PROCESSOS SÃO CONDUZIDOS POR SERVIDORES EFETIVOS, TAMBÉM RESPONSÁVEIS POR OUTRAS ATIVIDADES	182	61,69%
SIM, POSSUI UM CARGO ESPECÍFICO, DENTRO DE OUTRO SETOR OU SECRETARIA, SUPERVISIONADO PELA UCI	1	0,34%
SIM, POSSUI UM SETOR ESPECÍFICO DE CORREIÇÃO, TOTALMENTE DESVINCULADO DO CONTROLE INTERNO	18	6,10%
SIM, POSSUI UM CARGO ESPECÍFICO, DENTRO DE OUTRO SETOR OU SECRETARIA, TOTALMENTE DESVINCULADO DA UCI	5	1,69%
SIM, FAZ PARTE DA ESTRUTURA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	17	5,76%
NÃO EXISTE SETOR OU CARGO, E OS PROCESSOS SÃO CONDUZIDOS POR SERVIDORES COMISSIONADOS, TAMBÉM RESPONSÁVEIS POR OUTRAS ATIVIDADES	9	3,05%
SIM, POSSUI UM SETOR ESPECÍFICO DE CORREIÇÃO, FORA DO CONTROLE INTERNO, PORÉM POR ELE SUPERVISIONADO	3	1,02%
Total	295	100,00%

Questão 43 – A Prefeitura possui em sua estrutura um setor ou cargo responsável pelos serviços de ouvidoria e recebimento de críticas e reclamações da população, nos termos da Lei dos Direitos dos Usuários dos Serviços Públicos – Lei 13.460/2017?

SETOR OU CARGO SERVIÇOS DE OUVIDORIA E RECEBIMENTO DE CRÍTICAS E RECLAMAÇÕES		
NÃO POSSUI	125	42,37%
NÃO EXISTE SETOR OU CARGO, MAS AS FUNÇÕES DE OUVIDOR SÃO EXERCIDAS POR SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, TAMBÉM RESPONSÁVEL POR OUTRAS ATIVIDADES	38	12,88%
NÃO EXISTE SETOR OU CARGO, MAS AS FUNÇÕES DE OUVIDOR SÃO CONFIADOS A SERVIDOR EFETIVO TITULAR DE OUTRO CARGO, TAMBÉM RESPONSÁVEL POR OUTRAS ATIVIDADES	35	11,86%
SIM, FAZ PARTE DA ESTRUTURA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	49	16,61%
SIM, POSSUI UM CARGO ESPECÍFICO, DE PROVIMENTO EFETIVO, DENTRO DE OUTRO SETOR OU SECRETARIA, TOTALMENTE DESVINCULADA DA UCI	4	1,36%
SIM, POSSUI UM SETOR ESPECÍFICO DE OUVIDORIA, SEM QUALQUER VÍNCULO COM O CONTROLE INTERNO	29	9,83%
SIM, POSSUI UM SETOR ESPECÍFICO DE OUVIDORIA, FORA DO CONTROLE INTERNO, MAS POR ELE SUPERVISIONADO	15	5,08%
Total	295	100,00%

Questão 44 – O Serviço Municipal de Ouvidoria ou congênere já foi regulamentado (Lei 13.460/2017, art. 17)? Por qual instrumento jurídico?

REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE OUVIDORIA OU CONGÊNERE		
NÃO FOI REGULAMENTADO	226	76,61%
REGULAMENTADO POR LEI	34	11,53%
CRIADO E REGULAMENTADO POR DECRETO	18	6,10%
CRIADO POR LEI E REGULAMENTADO POR DECRETO OU PORTARIA	6	2,03%
CRIADO E REGULAMENTADO POR PORTARIA	2	0,68%
OUTROS	9	3,05%
Total	295	100,00%

Questão 45 – A Ouvidoria Municipal elabora, periodicamente, relatório de gestão contendo dados sobre as manifestações recebidas (Lei 13.460/2017, art. 15)?

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE PELA OUVIDORIA		
NÃO HÁ OUVIDORIA OU ÓRGÃO CONGÊNERE NO MUNICÍPIO	120	40,68%
NÃO HÁ OUVIDORIA, MAS A COLETA DE RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES É FEITA DE FORMA ORGANIZADA POR VÁRIOS ÓRGÃOS OU SETORES DO MUNICÍPIO	21	7,12%
HÁ OUVIDORIA, MAS NÃO É FEITA A COMPILAÇÃO DOS DADOS E A PUBLICAÇÃO DE RELATÓRIO	96	32,54%
HÁ OUVIDORIA E O RELATÓRIO É PRODUZIDO, PORÉM NÃO PUBLICADO (INTERNET, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, ETC.)	44	14,92%
HÁ OUVIDORIA E O RELATÓRIO É PRODUZIDO, PUBLICADO E ENCAMINHADO PARA AS AUTORIDADES MUNICIPAIS	14	4,75%
Total	295	100,00%

Questão 46 – Assinale os meios pelos quais o cidadão usuário dos serviços públicos pode apresentar manifestação às Autoridades Municipais (Lei 13.460/2017, art. 10):

MEIOS PELOS QUAIS O CIDADÃO USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PODEM APRESENTAR MANIFESTAÇÃO ÀS AUTORIDADES MUNICIPAIS		
ELETRÔNICO, PELA INTERNET, PORÉM SEM POSSIBILIDADE DE ACOMPANHAMENTO DA MANIFESTAÇÃO	35	11,86%
ELETRÔNICO, PELA INTERNET, COM POSSIBILIDADE DE ACOMPANHAMENTO DA MANIFESTAÇÃO	192	65,08%
POR ESCRITO, DIRIGIDO A SETOR ESPECÍFICO DO MUNICÍPIO PARA ENCAMINHAMENTO DESTES RECLAMES	99	33,56%
PRESENCIALMENTE, DISPONDO O MUNICÍPIO DE ESTRUTURA PARA REDUZIR A TERMO A RECLAMAÇÃO DO CIDADÃO	79	26,78%
POR ESCRITO, APENAS PARA O ÓRGÃO RELACIONADO À RECLAMAÇÃO DO CIDADÃO	31	10,51%
POR MEIO DE FORMULÁRIOS, ELETRÔNICOS OU ESCRITOS, DISPONIBILIZADOS PELO MUNICÍPIO	65	22,03%

Questão 49 – O Município elaborou e disponibilizou à população, por meio impresso ou pela internet, Carta de Serviços contendo as principais informações sobre a atuação dos Órgãos Municipais (Lei 13.460/2017)?

DISPONIBILIZAÇÃO DE CARTA DE SERVIÇOS SOBRE A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS		
NÃO	236	80,00%
SIM	59	20,00%
Total	295	100,00%

Questão 50 – A Prefeitura possui em sua estrutura um setor ou cargo responsável pela organização do portal da transparência, promoção da transparência e fomento à participação e ao controle social?

SETOR OU CARGO RESPONSÁVEL PELO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA		
NÃO POSSUI	36	12,20%
SIM, POSSUI UM CARGO OU SETOR ESPECÍFICO, FORA DO CONTROLE INTERNO, PORÉM POR ELE SUPERVISIONADO	12	4,07%
NÃO EXISTE CARGO OU SETOR, MAS AS FUNÇÕES SÃO DESEMPENHADAS POR SERVIDOR COMISSIONADO, TAMBÉM RESPONSÁVEL POR OUTRAS ATIVIDADES	53	17,97%
SIM, FAZ PARTE DA ESTRUTURA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	48	16,27%
NÃO EXISTE CARGO OU SETOR, MAS AS FUNÇÕES SÃO DESEMPENHADAS POR SERVIDOR EFETIVO, TAMBÉM RESPONSÁVEL POR OUTRAS ATIVIDADES	113	38,31%
SIM, POSSUI UM CARGO ESPECÍFICO, DENTRO DE OUTRO SETOR OU SECRETARIA, SEM RELAÇÃO COM O CONTROLE INTERNO	7	2,37%
TODAS AS QUESTÕES RELACIONADAS À TRANSPARÊNCIA SÃO CONDUZIDAS POR EMPRESA CONTRATADA PARA ORGANIZAÇÃO DO PORTAL, SEM PARTICIPAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS	26	8,81%
Total	295	100,00%

Questão 51 – Como é organizado o portal da transparência ativa e a disponibilização dos dados do Município na internet, por força da Lei de Acesso à Informação?

ORGANIZAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS		
O PORTAL DA LAI SEGUE O MODELO DISPONIBILIZADO PELA FECAM E É ALIMENTADO POR SERVIDORES MUNICIPAIS; ENQUANTO O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA É ORGANIZADO POR EMPRESA CONTRATADA	139	47,12%
A MESMA EMPRESA RESPONSÁVEL PELOS PROGRAMAS DE CONTABILIDADE E GESTÃO USADOS PELO MUNICÍPIO ORGANIZA O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA	103	34,92%
O PORTAL DE TRANSPARÊNCIA ATIVA É DESENVOLVIDO, ORGANIZADO E ALIMENTADO POR SERVIDORES MUNICIPAIS	37	12,54%
OUTROS	16	5,42%
Total	295	100,00%

Questão 56 – Há no Município entidades da sociedade civil dedicadas ao acompanhamento e fiscalização das contas públicas, nos moldes do trabalho desenvolvido pela rede Observatório Social do Brasil?

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DEDICADAS AO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO		
NÃO HÁ ENTIDADES DESTA NATUREZA NO MUNICÍPIO	255	86,44%
HÁ OBSERVATÓRIO SOCIAL NO MUNICÍPIO	34	11,53%
O TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO É DESENVOLVIDO POR ENTIDADES DE CLASSE, COMO ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	6	2,03%
Total	295	100,00%

Questão 57 – O Município designa formalmente fiscais para acompanhamento de seus contratos administrativos, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993?

DESIGNAÇÃO FORMAL DE FISCALIS PARA ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		
SIM, HÁ DESIGNAÇÃO GENÉRICA DE UM SERVIDOR DA ÁREA PARA ACOMPANHAR VÁRIOS CONTRATOS	46	15,59%
SIM, HÁ DESIGNAÇÃO DE UM FISCAL NO PRÓPRIO CONTRATO	118	40,00%
SIM, HÁ DESIGNAÇÃO DE FISCAL POR ATO ESPECÍFICO (PORTARIA, ETC.)	62	21,02%
OUTROS	18	6,10%
NÃO	51	17,29%
Total	295	100,00%

Questão 58 – Informe o tipo do ato normativo que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no Executivo Municipal:

TIPO DO ATO NORMATIVO QUE REGULAMENTA A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO EXECUTIVO MUNICIPAL		
LEI ORDINÁRIA	98	33,22%
DECRETO	124	42,03%
NÃO SE APLICA	58	19,66%
PORTARIA	3	1,02%
LEI COMPLEMENTAR	7	2,37%
INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	0,68%
OUTROS	3	1,02%
	295	100,00%

Questão 61 – A Prefeitura possui em sua estrutura um setor ou cargo responsável pela condução dos processos administrativos de responsabilidade instaurados com base na Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013?

SETOR OU CARGO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DE PROCESSOS COM BASE NA LEI ANTICORRUPÇÃO		
NÃO POSSUI	240	81,36%
SIM, FAZ PARTE DA ESTRUTURA DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	24	8,14%
SIM, POSSUI UM CARGO ESPECÍFICO, DENTRO DE OUTRO SETOR OU SECRETARIA, TOTALMENTE DESVINCULADO DO CONTROLE INTERNO	13	4,41%
SIM, POSSUI UM SETOR RESPONSÁVEL, FORA DO CONTROLE INTERNO, MAS COM A SUPERVISÃO DA UNIDADE DE CONTROLE	18	6,10%
	295	100,00%

Questão 62 – Informe o tipo do ato normativo que regulamenta a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) no Município:

TIPO DO ATO NORMATIVO QUE REGULAMENTA A LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI 12.846/ /2013) NO MUNICÍPIO		
NÃO SE APLICA	235	79,66%
DECRETO	49	16,61%
LEI ORDINÁRIA	9	3,05%
OUTROS	2	0,68%
Total	295	100,00%

Questão 65 – A Controladoria Municipal possui atribuição legal para, dentro de suas atribuições, expedir orientações e instruções normativas vinculantes para outros Órgãos da Administração?

ATRIBUIÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA PARA EXPEDIR INSTRUÇÕES NORMATIVAS		
SIM	259	87,80%
NÃO	36	12,20%
Total	295	100,00%

V – ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

Questão 66 – A Unidade de Controle Interno formaliza seu planejamento, com definição de ações de controle, objetivos e metas?

FORMALIZAÇÃO DE PLANEJAMENTO, COM DEFINIÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLE, OBJETIVOS E METAS PELO CONTROLE INTERNO		
SIM, ANUALMENTE	131	44,41%
NÃO FORMALIZA PLANEJAMENTO	128	43,39%
OUTROS	15	5,08%
SIM, SEMESTRALMENTE	6	2,03%
SIM, A CADA QUADRIMESTRE	8	2,71%
SIM, BIMESTRALMENTE	7	2,37%
Total	295	100,00%

Questão 67 – Quanto à publicidade, o planejamento da UCI:

QUANTO À PUBLICIDADE, O PLANEJAMENTO DA UCI:		
É RESTRITO APENAS AOS INTEGRANTES DA CONTROLADORIA	52	17,63%
NÃO É REALIZADO PLANEJAMENTO	108	36,61%
É DISPONIBILIZADO PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO	24	8,14%
É COMUNICADO APENAS AO PREFEITO MUNICIPAL	71	24,07%
É DISPONIBILIZADO A TODA POPULAÇÃO, MEDIANTE PUBLICAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	28	9,49%
É DISPONIBILIZADO PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO E PARA A CÂMARA DE VEREADORES	12	4,07%
Total	295	100,00%

Questão 68 – Em caso afirmativo, que áreas estavam planejadas para realização de auditorias, avaliações ou inspeções em 2018?

ÁREAS PLANEJADAS PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS, AVALIAÇÕES OU INSPEÇÕES EM 2018		
ÁREA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	21	7,12%
ÁREA DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO (MÓVEIS, EQUIPAMENTOS)	36	12,20%
ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	111	37,63%
ÁREA FINANCEIRA E DE PRESTAÇÕES DE CONTAS (EXCETO CONVÊNIOS)	56	18,98%
ÁREAS OU PROGRAMAS FINALÍSTICOS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, MERENDA ETC.)	57	19,32%
ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO URBANA E PODER DE POLÍCIA	6	2,03%
AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS	22	7,46%
CONTROLE DE USO DE FROTA	74	25,08%
CONTROLE DE USO DE MAQUINÁRIO	37	12,54%
CONVÊNIOS E SUAS PRESTAÇÕES DE CONTAS	63	21,36%
ENTIDADES PRIVADAS QUE RECEBEM RECURSOS PÚBLICOS	39	13,22%
EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS	43	14,58%
NENHUMA ÁREA PLANEJADA	102	34,58%
OBRAS PÚBLICAS	21	7,12%
PROCESSOS LICITATÓRIOS	94	31,86%
RECEBIMENTO DE MATERIAIS E CONTROLE DE ALMOXARIFADO	25	8,47%
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	21	7,12%
SOMENTE AÇÕES QUE ESTAVAM INCLUÍDAS NO PLANEJAMENTO, JÁ REALIZADAS, EM ANDAMENTO OU A REALIZAR EM 2018	29	9,83%
TRIBUTOS E/OU DÍVIDA ATIVA	35	11,86%
OUTRAS	293	99,32%

Questão 71 – Quantos processos administrativos de responsabilização (PAR) o Município já instaurou com base na Lei Anticorrupção (Lei 12846/2013)?

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESPONSABILIZAÇÃO (PAR) COM BASE NA LEI ANTICORRUPÇÃO (LEI 12.846/2013)		
Número de Processos	Municípios	%
0	283	95,93%
1	2	0,68%
2	3	1,02%
3	3	1,02%
6	2	0,68%
7	1	0,34%
8	1	0,34%
Total	295	100,00%

Questão 74 – Quantos processos administrativos com base na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) o Município instaurou, entre 2015 e 2018?

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS COM BASE NA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 8.666/93) INSTAURADOS ENTRE 2015 E 2018		
Processos	Municípios	%
0	196	66,44%
1 a 5	56	18,98%
6 a 10	11	3,73%
11 a 20	11	3,73%
21 a 50	8	2,71%
51 a 200	8	2,71%
Mais de 200	5	1,69%
Total	295	100,00%

Questão 76 – A Lei 13019/2017, que dispõe sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e regula todo o processo de transferência de recursos públicos para entidades privadas, já foi regulamentada nesse Município?

REGULAMENTAÇÃO 13.019/2014		
SIM	190	64,41%
NÃO	105	35,59%
Total	295	100,00%

Questão 77 – Tipo do ato que regulamentou a Lei 13.019/14 no Município:

TIPO DE ATO QUE REGULAMENTA A LEI 13.019/2014 NO MUNICÍPIO		
DECRETO	173	58,64%
LEI ORDINÁRIA	10	3,39%
PORTARIA	2	0,68%
LEI COMPLEMENTAR	1	0,34%
INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	0,34%
OUTROS	10	3,39%
NÃO SE APLICA	98	33,22%
Total	295	100,00%

Questão 80 – A Unidade de Controle Interno participa da fiscalização dos recursos transferidos para entidades privadas pelo Município?

PARTICIPAÇÃO DA UCI NA FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS PELO MUNICÍPIO PARA ENTIDADES PRIVADAS		
NÃO	40	13,56%
SIM, ACOMPANHA TODO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA E EXECUÇÃO	100	33,90%
SIM, MAS APENAS EMITE O PARECER FINAL	155	52,54%
Total	295	100,00%

Questão 81 – Como é feito, no Município, o acompanhamento dos recursos públicos transferidos para entidades privadas?

FORMA DE ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS PELO MUNICÍPIO PARA ENTIDADES PRIVADAS		
MEDIANTE ATUAÇÃO DAS COMISSÕES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	136	46,10%
MEDITANTE EMISSÃO DE PARECER FINAL PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	125	42,37%
MEDIANTE AVALIAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS PELA SECRETARIA OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA TRANSFERÊNCIA	122	41,36%
DIRETAMENTE PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	28	9,49%
DE FORMA CONCOMITANTE AO REPASSE, PELA SECRETARIA OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA TRANSFERÊNCIA	62	21,02%
OUTROS	31	10,51%

Questão 82 – A Unidade de Controle Interno participa da fiscalização dos recursos recebidos pelo Município em razão de convênios celebrados com outros Órgãos Públicos (transferências voluntárias, emendas parlamentares, etc.)?

FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PELO MUNICÍPIO EM RAZÃO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS PELA UCI		
NÃO	103	34,92%
SIM	192	65,08%
Total	295	100,00%

Questão 83 – Como se dá, no Município, a fiscalização da utilização dos recursos públicos recebidos a título de convênio?

FORMA DE FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PELO MUNICÍPIO EM RAZÃO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS COM OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS		
RECURSOS SÃO FISCALIZADOS APENAS PELO ÓRGÃO EXECUTOR (SECRETARIA, ETC.), SEM PARTICIPAÇÃO DIRETA DA UNIDADE DE CONTROLE	99	33,56%
RECURSOS SÃO FISCALIZADOS MEDIANTE AÇÃO CONCOMITANTE DO ÓRGÃO EXECUTOR (SECRETARIA, ETC.), E DA UNIDADE DE CONTROLE, QUE ATUA APENAS A PARTIR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	33	11,19%
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO ATUA NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS TRANSFERIDOS	111	37,63%
RECURSOS SÃO FISCALIZADOS MEDIANTE AÇÃO CONCOMITANTE DO ÓRGÃO EXECUTOR (SECRETARIA, ETC.), E DA UNIDADE DE CONTROLE, QUE ATUA JÁ NO PROCESSO LICITATÓRIO	36	12,20%
OUTROS	16	5,42%
Total	295	100,00%

Questão 84 – A Unidade de Controle Interno avalia periodicamente o cumprimento das metas do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitindo relatórios dirigidos ao gestor a esse respeito?

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO PLURIANUAL E DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
NÃO AVALIA	46	15,59%
SIM, ANUALMENTE	36	12,20%
SIM, BIMESTRALMENTE	40	13,56%
AVALIA, MAS NÃO EMITE RELATÓRIO	118	40,00%
SIM, A CADA QUADRIMESTRE	45	15,25%
SIM, MENSALMENTE	8	2,71%
SIM, SEMESTRALMENTE	2	0,68%
Total	295	100,00%

Questão 85 – A Unidade de Controle Interno avalia periodicamente a execução e os resultados obtidos pelos Programas de Governo, emitindo relatórios ao gestor a esse respeito?

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO E OS RESULTADOS OBTIDOS PELOS PROGRAMAS DE GOVERNO		
NÃO AVALIA	100	33,90%
SIM, ANUALMENTE	37	12,54%
AVALIA, MAS NÃO EMITE RELATÓRIO	105	35,59%
SIM, BIMESTRALMENTE	21	7,12%
SIM, A CADA QUADRIMESTRE	20	6,78%
SIM, SEMESTRALMENTE	3	1,02%
SIM, MENSALMENTE	9	3,05%
Total	295	100,00%

Questão 86 – A Unidade de Controle Interno acompanha o processo de inscrição de dívidas em restos a pagar, emitindo relatórios ao gestor a esse respeito?

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE DÍVIDAS EM RESTOS A PAGAR		
NÃO ACOMPANHA	129	43,73%
SIM, ANUALMENTE	125	42,37%
SIM, MENSALMENTE	9	3,05%
SIM, SEMESTRALMENTE	2	0,68%
SIM, A CADA QUADRIMESTRE	15	5,08%
SIM, BIMESTRALMENTE	15	5,08%
Total	295	100,00%

Questão 87 – O Sistema de Controle Interno fiscaliza o lançamento dos tributos Municipais segundo as normas vigentes, de modo a aferir o correto reconhecimento e mensuração dos créditos tributários?

FISCALIZAÇÃO DO LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS SEGUNDO AS NORMAS VIGENTES		
NÃO	181	61,36%
SIM	114	38,64%
Total	295	100,00%

Questão 88 – O Sistema de Controle Interno acompanha a cobrança de créditos fiscais inscritos em Dívida Ativa?

ACOMPANHAMENTO DA COBRANÇA DE CRÉDITOS FISCAIS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		
NÃO	171	57,97%
SIM	124	42,03%
Total	295	100,00%

Questão 89 – O Sistema de Controle Interno desenvolve ações sistemáticas para acompanhamento e controle dos direitos e obrigações plurianuais, assim definidos no PPA e nos contratos de serviços contínuos?

AÇÕES SISTEMÁTICAS PARA ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES PLURIANUAIS		
NÃO	191	64,75%
SIM	104	35,25%
Total	295	100,00%

Questão 90 – O Município possui os mecanismos de avaliação previstos § 3º, do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Sistema de Custos), de forma a evidenciar os resultados de gestão orçamentária, financeira e patrimonial?

EXISTÊNCIA DE MECANISMOS DE AVALIAÇÃO PREVISTOS § 3º, DO ART. 50 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (SISTEMA DE CUSTOS), DE FORMA A EVIDENCIAR OS RESULTADOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL		
NÃO	173	58,64%
SIM, MAS O SISTEMA É ACOMPANHADO POR OUTRO ÓRGÃO DA ESTRUTURA MUNICIPAL	111	37,63%
SIM, O SISTEMA É GERENCIADO PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	11	3,73%
Total	295	100,00%

Questão 91 – Qual % aproximado do tempo total da UCI tem sido dedicado em 2018 exclusivamente para realização de auditorias e fiscalizações nas diversas áreas da gestão, incluindo apuração de denúncias e realização de tomadas de contas especiais?

% APROXIMADO DO TEMPO TOTAL DA UCI EM 2018 DEDICADO EXCLUSIVAMENTE À REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES		
ATÉ 10%	121	41,02%
ATÉ 20%	70	23,73%
ATÉ 30%	38	12,88%
ATÉ 40%	31	10,51%
ATÉ 50%	17	5,76%
MAIS DE 50%	18	6,10%
Total	295	100,00%

Questão 92 – Qual % médio do tempo da UCI tem sido dedicado em 2018 para atividades ou tarefas ordinárias, de rotina ou apoio?

% MÉDIO DO TEMPO DA UCI DEDICADO EM 2018 PARA ATIVIDADES OU TAREFAS ORDINÁRIAS, DE ROTINA OU APOIO		
ATÉ 10%	17	5,76%
ATÉ 20%	33	11,19%
ATÉ 40%	52	17,63%
ATÉ 60%	77	26,10%
ATÉ 80%	64	21,69%
MAIS DE 80%	52	17,63%
Total	295	100,00%

Questão 93 – Considerando conjuntamente os anos de 2017 e 2018, os atuais integrantes do controle interno participaram de quantas horas de capacitação?

NOS ANOS DE 2017 E 2018, OS ATUAIS INTEGRANTES DO CONTROLE INTERNO PARTICIPARAM DE QUANTAS HORAS DE CAPACITAÇÃO?		
ATÉ 10 HORAS	49	16,61%
ATÉ 30 HORAS	101	34,24%
ATÉ 50 HORAS	73	24,75%
ATÉ 80 HORAS	40	13,56%
ATÉ 100 HORAS	11	3,73%
MAIS DE 100 HORAS	21	7,12%
Total	295	100,00%

VI – RESULTADOS

Questão 94 – Considerando os anos de 2017 e 2018, quantas denúncias ou comunicações apresentadas por cidadãos ou empresas foram ou estão sendo apuradas pelo Controle Interno?

NO PERÍODO ENTRE 2017 E 2018, QUANTAS DENÚNCIAS OU COMUNICAÇÕES APRESENTADAS POR CIDADÃOS OU EMPRESAS FORAM APURADAS PELO CONTROLE INTERNO?		
Comunicações	Municípios	%
0	220	74,58%
1 a 5	42	14,24%
6 a 10	13	4,41%
11 a 20	4	1,36%
21 a 50	11	3,73%
51 a 200	5	1,69%
Total	295	100,00%

Questão 96 – Considerando os anos de 2017 e 2018, quantas comunicações encaminhadas pelo Ministério Público foram ou estão sendo apuradas pelo Controle Interno?

NO PERÍODO ENTRE 2017 E 2018, QUANTAS COMUNICAÇÕES ENCAMINHADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FORAM APURADAS PELO CONTROLE INTERNO?		
Comunicações	Municípios	%
0	198	67,12%
1 a 5	72	24,41%
6 a 10	8	2,71%
11 a 20	3	1,02%
21 a 50	4	1,36%
51 a 200	4	1,36%
Não souberam informar	6	2,03%
Total	295	100,00%

Questão 98 – Considerando os anos de 2017 e 2018, quantas denúncias ou comunicações apresentadas por outros Órgãos Públicos foram ou estão sendo apuradas pelo Controle Interno?

NO PERÍODO ENTRE 2017 E 2018, QUANTAS DENÚNCIAS OU COMUNICAÇÕES APRESENTADAS POR OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS FORAM OU ESTÃO SENDO APURADAS PELO CONTROLE INTERNO?		
Comunicações	Municípios	%
0	251	85,08%
1	18	6,10%
2	12	4,07%
3	5	1,69%
5	2	0,68%
6	1	0,34%
28	1	0,34%
30	2	0,68%
44	1	0,34%
45	1	0,34%
100	1	0,34%
Total	295	100,00%

Questão 100 – Considerando os anos de 2017 e 2018, quantas Tomadas de Contas Especiais foram ou estão sendo realizadas na prefeitura?

NO PERÍODO ENTRE 2017 E 2018, QUANTAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS FORAM OU ESTÃO SENDO REALIZADAS NA PREFEITURA?		
Tomada de Contas	Municípios	%
0	260	88,14%
1	22	7,46%
2	4	1,36%
3	1	0,34%
4	1	0,34%
5	2	0,68%
7	1	0,34%
9	1	0,34%
17	1	0,34%
23	1	0,34%
97	1	0,34%
Total	295	100,00%

Questão 101 – Quantas Instruções Normativas / Orientações Gerais hoje vigentes a Unidade de Controle Interno expediu:

QUANTAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS / ORIENTAÇÕES GERAIS HOJE VIGENTES A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO EXPEDIU?		
Orientações	Municípios	%
0	89	30,17%
1 a 5	126	42,71%
6 a 10	41	13,90%
11 a 20	25	8,47%
21 a 50	9	3,05%
51 a 200	2	0,68%
Acima de 200	2	0,68%
Não souberam informar	1	0,34%
Total	295	100,00%

Questão 103 – Quantas recomendações / notificações / alertas no tocante a casos concretos a Unidade de Controle Interno expediu, entre os anos de 2015 e 2018?

QUANTAS RECOMENDAÇÕES / NOTIFICAÇÕES / ALERTAS NO TOCANTE A CASOS CONCRETOS A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO EXPEDIU, ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2018?		
Notificações	Municípios	%
0	60	20,34%
1 a 5	57	19,32%
6 a 10	36	12,20%
11 a 20	37	12,54%
21 a 50	51	17,29%
51 a 200	41	13,90%
Acima de 200	8	2,71%
Não souberam informar	5	1,69%
Total	295	100,00%

Questão 105 – Além de suas atribuições ordinárias, quais outras atividades são realizadas pelo titular do Controle Interno?

ATIVIDADES REALIZADAS PELO TITULAR DO CONTROLE INTERNO ALÉM DE SUAS ATRIBUIÇÕES ORDINÁRIAS		
ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO PREFEITO, PARA ENVIO AO CONTROLE EXTERNO	194	65,76%
TREINAMENTO E ORIENTAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS SOBRE OUTROS TEMAS DE GESTÃO E CONTROLE	102	34,58%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA OU CONTÁBIL	70	23,73%
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	52	17,63%
REVISÃO DE REGISTROS CONTÁBEIS DIÁRIOS	43	14,58%
NENHUMA	37	12,54%
ASSESSORIA JURÍDICA	31	10,51%
TREINAMENTO DE AGENTES PÚBLICOS SOBRE TRANSPARÊNCIA (ART. 41-II DA LEI 12.527/2011)	22	7,46%
ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIOS	10	3,39%
RECEBIMENTO DE COMPRAS	8	2,71%

Questão 106 – Marque os quatro principais produtos da Unidade de Controle Interno do Município:

PRINCIPAIS PRODUTOS DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
PARECER SOBRE ATOS DE PESSOAL	217	73,56%
ATENDIMENTO A ÓRGÃOS DE CONTROLE (CÂMARA, TCE, MPSC, TCU, CGU, MPF ETC.)	120	40,68%
RELATÓRIOS DE AUDITORIA	73	24,75%
INSTRUÇÕES NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES DIRIGIDAS A OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO	79	26,78%
RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL E/OU RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	114	38,64%
REMESSA DE INFORMAÇÕES VIA SISTEMA E-SFINGE	230	77,97%
PARECER EM PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	199	67,46%
PARECER SOBRE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCES)	19	6,44%
NOTIFICAÇÕES DE FALHAS OU IRREGULARIDADES, PARA CORREÇÃO E/OU PROVIDÊNCIAS	130	44,07%
RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PARA MELHORIAS E/OU FORTALECIMENTO DA GESTÃO	112	37,97%
RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PARA SUSPENDER PAGAMENTOS INDEVIDOS OU DESPERDÍCIOS POTENCIAIS	20	6,78%

Questão 107 – A Unidade de Controle Interno elabora relatório periódico de atividades?

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO PERIÓDICO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO		
SIM, É FEITO RELATÓRIO ANUAL	111	37,63%
SIM, É FEITO RELATÓRIO BIMESTRAL	46	15,59%
A UCI NÃO FORMALIZA RELATÓRIO PERIÓDICO DE ATIVIDADES	110	37,29%
SIM, É FEITO RELATÓRIO SEMESTRAL	2	0,68%
SIM, É FEITO RELATÓRIO QUADRIMESTRAL	6	2,03%
OUTRAS	20	6,78%
Total	295	100,00%

Questão 108 – Como é feita a divulgação do relatório da Unidade de Controle Interno?

DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
É RESTRITO APENAS AOS INTEGRANTES DO ÓRGÃO DE CONTROLE	31	10,51%
É COMUNICADO APENAS AO PREFEITO MUNICIPAL	82	27,80%
É DISPONIBILIZADO PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO	34	11,53%
É DISPONIBILIZADO A TODA POPULAÇÃO, MEDIANTE PUBLICAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	57	19,32%
NÃO É REALIZADO RELATÓRIO	88	29,83%
É DISPONIBILIZADO PARA A CÂMARA DE VEREADORES	3	1,02%
Total	295	100,01%

VII – UCI, CONTROLE EXTERNO E CIDADANIA

Questão 109 – Considerando o período entre agosto de 2015 e agosto de 2018, quantos expedientes (representações; comunicações quanto a abertura de procedimentos, etc.) foram encaminhados pela Unidade de Controle Interno ao Ministério Público?

ENTRE AGOSTO DE 2015 E AGOSTO DE 2018, QUANTOS EXPEDIENTES (REPRESENTAÇÕES; COMUNICAÇÕES QUANTO A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS, ETC.) FORAM ENCAMINHADOS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO AO MINISTÉRIO PÚBLICO?		
Expedientes	Municípios	%
0	260	88,14%
1 a 5	24	8,14%
6 a 10	2	0,68%
11 a 20	0	0,00%
21 a 50	4	1,36%
51 a 200	1	0,34%
Acima de 200	1	0,34%
Não souberam informar	3	1,02%
Total	295	100,00%

Questão 111 – Considerando o período entre agosto de 2015 e agosto de 2018, quantos expedientes foram encaminhados diretamente pelo Ministério Público para as Unidades de Controle Interno, solicitando informações ou a adoção de providências?

ENTRE AGOSTO DE 2015 E AGOSTO DE 2018, QUANTOS EXPEDIENTES FORAM ENCAMINHADOS DIRETAMENTE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AS UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, SOLICITANDO INFORMAÇÕES OU A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS?		
Expedientes	Municípios	%
0	212	71,86%
1 a 5	67	22,71%
6 a 10	4	1,36%
11 a 20	3	1,02%
21 a 50	2	0,68%
51 a 200	2	0,68%
Acima de 200	2	0,68%
Não souberam informar	3	1,02%
Total	295	100,00%

Questão 113 – Considerando o período entre agosto de 2015 e agosto de 2018, quantos expedientes (representações; comunicação quanto a abertura de procedimentos, etc.) foram encaminhados pela Unidade de Controle Interno a outros órgãos de controle externo (exceto MP/SC)?

ENTRE AGOSTO DE 2015 E AGOSTO DE 2018, QUANTOS EXPEDIENTES (REPRESENTAÇÕES; COMUNICAÇÃO QUANTO A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS, ETC.) FORAM ENCAMINHADOS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO A OUTROS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO (EXCETO MP/SC)?		
Expedientes	Municípios	%
0	241	81,69%
1 a 5	36	12,20%
6 a 10	5	1,69%
11 a 20	4	1,36%
21 a 50	0	0,00%
51 a 200	2	0,68%
Acima de 200	1	0,34%
Não souberam informar	6	2,03%
Total	295	100,00%

Questão 115 – Considerando o período entre agosto de 2015 e agosto de 2018, quantos expedientes foram recebidos pela Unidade de Controle Interno oriundos de outros órgãos de controle externo (exceto MP/SC)?

ENTRE AGOSTO DE 2015 E AGOSTO DE 2018, QUANTOS EXPEDIENTES FORAM RECEBIDOS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO ORIUNDOS DE OUTROS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO (EXCETO MP/SC)?		
Expedientes	Municípios	%
0	158	53,56%
1 a 5	55	18,64%
6 a 10	10	3,39%
11 a 20	16	5,42%
21 a 50	24	8,14%
51 a 200	18	6,10%
Acima de 200	7	2,37%
Não souberam informar	7	2,37%
Total	295	100,00%

Questão 117 – Considerando o período entre agosto de 2015 e agosto de 2018, quantos expedientes (representações; comunicação quanto a abertura de procedimentos, etc.) foram encaminhados pela Unidade de Controle Interno a outros Órgãos Públicos em geral (outras prefeituras; governo do estado, ministérios)?

ENTRE AGOSTO DE 2015 E AGOSTO DE 2018, QUANTOS EXPEDIENTES (REPRESENTAÇÕES; COMUNICAÇÃO QUANTO A ABERTURA DE PROCEDIMENTOS, ETC.) FORAM ENCAMINHADOS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO A OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GERAL (OUTRAS PREFEITURAS; GOVERNO DO ESTADO, MINISTÉRIOS)?		
Expedientes	Municípios	%
0	269	91,19%
1 a 5	14	4,75%
6 a 10	3	1,02%
11 a 20	2	0,68%
21 a 50	3	1,02%
51 a 200	0	0,00%
Acima de 200	0	0,00%
Não souberam informar	4	1,36%
Total	295	100,00%

Questão 119 – Considerando o período entre agosto de 2015 e agosto de 2018, quantos expedientes foram recebidos pela Unidade de Controle Interno oriundos de outros órgãos públicos em geral, concernentes à atividade finalística da unidade de controle?

ENTRE AGOSTO DE 2015 E AGOSTO DE 2018, QUANTOS EXPEDIENTES FORAM RECEBIDOS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO ORIUNDOS DE OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS EM GERAL, CONCERNENTES À ATIVIDADE FINALÍSTICA DA UNIDADE DE CONTROLE?		
Expedientes	Municípios	%
0	253	85,76%
1 a 5	21	7,12%
6 a 10	3	1,02%
11 a 20	5	1,69%
21 a 50	4	1,36%
51 a 200	3	1,02%
Acima de 200	3	1,02%
Não souberam informar	3	1,02%
Total	295	100,00%

Questão 121 – Considerando o período entre agosto de 2015 e agosto de 2018, quantos expedientes (recomendações; alertas.; orientações; instruções normativas) foram encaminhados pela Unidade de Controle Interno a outros Órgãos da própria Administração Municipal:

ENTRE AGOSTO DE 2015 E AGOSTO DE 2018, QUANTOS EXPEDIENTES (RECOMENDAÇÕES; ALERTAS.; ORIENTAÇÕES; INSTRUÇÕES NORMATIVAS) FORAM ENCAMINHADOS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO A OUTROS ÓRGÃOS DA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL?		
Expedientes	Municípios	%
0	71	24,07%
1 a 5	49	16,61%
6 a 10	42	14,24%
11 a 20	36	12,20%
21 a 50	40	13,56%
51 a 200	41	13,90%
Acima de 200	10	3,39%
Não souberam informar	6	2,03%
Total	295	100,00%

Questão 123 – Considerando o período entre agosto de 2015 e agosto de 2018, quantos expedientes foram recebidos pela Unidade de Controle Interno oriundos de outros Órgãos da própria Administração Municipal ou de seus servidores, concernentes à atividade finalística da Unidade de Controle?

ENTRE AGOSTO DE 2015 E AGOSTO DE 2018, QUANTOS EXPEDIENTES FORAM RECEBIDOS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO ORIUNDOS DE OUTROS ÓRGÃOS DA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL OU DE SEUS SERVIDORES, CONCERNENTES À ATIVIDADE FINALÍSTICA DA UNIDADE DE CONTROLE?		
Expedientes	Municípios	%
0	191	64,75%
1 a 5	29	9,83%
6 a 10	8	2,71%
11 a 20	16	5,42%
21 a 50	17	5,76%
51 a 200	12	4,07%
Acima de 200	14	4,75%
Não souberam informar	8	2,71%
Total	295	100,00%

Questão 125 – Considerando o período entre agosto de 2015 e agosto de 2018, quantas denúncias ou comunicações de irregularidades apresentadas por cidadãos, anônimos ou identificados, empresas e associações, foram recebidos pela Unidade de Controle Interno?

ENTRE AGOSTO DE 2015 E AGOSTO DE 2018, QUANTAS DENÚNCIAS OU COMUNICAÇÕES DE IRREGULARIDADES APRESENTADAS POR CIDADÃOS, ANÔNIMOS OU IDENTIFICADOS, EMPRESAS E ASSOCIAÇÕES, FORAM RECEBIDOS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, MESMO QUE NÃO TENHAM SIDO APURADAS PELA UNIDADE?		
Comunicações	Municípios	%
0	228	77,29%
1 a 5	34	11,53%
6 a 10	6	2,03%
11 a 20	6	2,03%
21 a 50	6	2,03%
51 a 200	4	1,36%
Acima de 200	6	2,03%
Não souberam informar	5	1,69%
Total	295	100,00%

Questão 127 – A Controladoria dispõe de informações sobre as ações penais e ações de improbidade administrativa, em trâmite ou já julgadas, ajuizadas contra servidores municipais?

A CONTROLADORIA DISPÕE DE INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES PENAIS E AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, EM TRÂMITE OU JÁ JULGADAS, AJUIZADAS CONTRA SERVIDORES MUNICIPAIS?		
NÃO DISPÕE DE INFORMAÇÕES	182	61,69%
DISPÕE DE INFORMAÇÕES PARCIAIS, DERIVADAS DO CONHECIMENTO DO PRÓPRIO CONTROLADOR	103	34,92%
DISPÕE DE INFORMAÇÕES PLENAS, FORNECIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO OU PELO PODER JUDICIÁRIO	10	3,39%
Total	295	100,00%

Questão 128 – A Controladoria dispõe de informações sobre os procedimentos de controle (auditorias, tomadas de contas especiais, inquéritos civis, etc.) relacionadas ao Município, em trâmite ou já decididas por outros Órgãos de Controle Externo?

A CONTROLADORIA DISPÕE DE INFORMAÇÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE (AUDITORIAS, TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS, INQUÉRITOS CIVIS, ETC.) RELACIONADAS AO MUNICÍPIO, EM TRÂMITE OU JÁ DECIDIDAS POR OUTROS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO?		
NÃO DISPÕE DE INFORMAÇÕES	101	34,24%
DISPÕE DE INFORMAÇÕES PARCIAIS, DERIVADAS DO CONHECIMENTO DO PRÓPRIO CONTROLADOR	118	40,00%
DISPÕE DE INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO E RESULTADO DOS PROCESSOS, FORNECIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO	44	14,92%
DISPÕE DE INFORMAÇÕES PARCIAIS, DERIVADAS DE DETERMINAÇÕES EXARADAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO	32	10,85%
Total	295	100,00%

VIII – UCI E PROGRAMA UNINDO FORÇAS

Questão 129 – Avalie seu nível de conhecimento acerca da composição e atividades desenvolvidas pela Rede de Controle da Gestão Pública de SC e seus órgãos integrantes:

NÍVEL DE CONHECIMENTO ACERCA DA COMPOSIÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA DE SC E SEUS ÓRGÃOS INTEGRANTES.		
MUITO BOM	26	8,81%
BOM	122	41,36%
REGULAR	125	42,37%
RUIM	14	4,75%
INEXISTENTE	8	2,71%
Total	295	100,00%

Questão 130 – Avalie seu nível de conhecimento acerca da estrutura, funções e atuação do Ministério Público:

NÍVEL DE CONHECIMENTO ACERCA DA ESTRUTURA, FUNÇÕES E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
MUITO BOM	30	10,17%
BOM	139	47,12%
REGULAR	114	38,64%
RUIM	10	3,39%
INEXISTENTE	2	0,68%
Total	295	100,00%

Questão 131 – Avalie seu nível de conhecimento acerca dos objetivos e propostas do Programa Unindo Forças:

NÍVEL DE CONHECIMENTO ACERCA DOS OBJETIVOS E PROPOSTAS DO PROGRAMA UNINDO FORÇAS		
MUITO BOM	39	13,22%
REGULAR	103	34,92%
BOM	135	45,76%
INEXISTENTE	4	1,36%
RUIM	14	4,75%
Total	295	100,00%

Questão 132 – O titular da UCI já participou dos Seminários Regionais do Programa Unindo Forças ou de eventos nos quais o programa tenha sido apresentado?

O TITULAR DA UCI JÁ PARTICIPOU DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS DO PROGRAMA UNINDO FORÇAS OU DE EVENTOS NOS QUAIS O PROGRAMA TENHA SIDO APRESENTADO?		
SIM	204	69,15%
NÃO	91	30,85%
Total	295	100,00%

Questão 133 – O titular da UCI já visitou a página do Programa Unindo Forças na internet?

O TITULAR DA UCI JÁ VISITOU A PÁGINA DO PROGRAMA UNINDO FORÇAS NA INTERNET?		
SIM	257	87,12%
NÃO	38	12,88%
Total	295	100,00%

Questão 134 – O titular da UCI já utilizou, em sua atividade cotidiana, dados, peças, modelos ou orientações contidos no Banco de Boas Práticas de Controle Interno, ou debatidas nos seminários do programa?

O TITULAR DA UCI JÁ UTILIZOU, EM SUA ATIVIDADE COTIDIANA, DADOS, PEÇAS, MODELOS OU ORIENTAÇÕES CONTIDOS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS DE CONTROLE INTERNO?		
SIM	197	66,78%
NÃO	98	33,22%
Total	295	100,00%

Questão 135 – Já houve encontro/ reunião entre o atual titular do Controle Interno e o representante do Ministério Público atuante na defesa do patrimônio público na Comarca?

JÁ HOVE ENCONTRO/ REUNIÃO ENTRE O ATUAL TITULAR DO CONTROLE INTERNO E O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ATUANTE NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NA COMARCA?		
SIM	72	24,41%
NÃO	223	75,59%
Total	295	100,00%

Questão 136 – Quais áreas atualmente demandam maior qualificação dos servidores da Unidade de Controle Interno?

ÁREAS QUE ATUALMENTE DEMANDAM MAIOR QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO		
AUDITORIA GOVERNAMENTAL	202	68,47%
PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE CONTROLE	192	65,08%
LEI ANTICORRUPÇÃO	162	54,92%
PROCESSOS LICITATÓRIOS	162	54,92%
TRIBUTOS E DÍVIDA ATIVA	157	53,22%
EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS	155	52,54%
ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	139	47,12%
CONVÊNIOS E SUAS PRESTAÇÕES DE CONTAS	135	45,76%
ATIVIDADES DE OUVIDORIA	127	43,05%
ATIVIDADES DE CORREGEDORIA	121	41,02%
OBRAS PÚBLICAS	118	40,00%
ÁREAS OU PROGRAMAS FINALÍSTICOS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, MERENDA ETC.)	108	36,61%
CONTROLE DE USO DE FROTA	97	32,88%
AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS	96	32,54%
ENTIDADES PRIVADAS QUE RECEBEM RECURSOS PÚBLICOS	94	31,86%
ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO URBANA E PODER DE POLÍCIA	90	30,51%
ÁREA FINANCEIRA E DE PRESTAÇÕES DE CONTAS (EXCETO CONVÊNIOS)	87	29,49%
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	86	29,15%
CONTROLE DE USO DE MAQUINÁRIO	77	26,10%
ÁREA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	69	23,39%
ÁREA DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO	67	22,71%
RECEBIMENTO DE MATERIAIS E CONTROLE DE ALMOXARIFADO	61	20,68%